

CORREIO POLÍTICO

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Risco é de quebra da credibilidade do Banco Central

Com o Banco Central, com tudo: crise nos três poderes

Na última hora, o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli recuou e não fará a acareação entre o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, e o diretor do Banco Central Ailton de Carvalho. Adia-se, assim uma crise anunciada. Uma crise, porém, que ainda não terminou, como comenta o cientista político André Cesar: “Não me lembro de antes ter visto uma crise que afeta dessa forma ao mesmo tempo todos os três poderes”. A acareação ainda pode acontecer em outro momento. O grande risco de toda essa investigação é que ela pode colocar em xeque o papel do Banco Central como autoridade monetária.

Risco sistêmico

Observador atento tanto da cena política em Brasília como do mercado financeiro, André Cesar teme que o desenrolar da crise do Banco Master leve a um “risco sistêmico”. Ou seja, uma situação na qual desmorone toda a confiança na forma como hoje se organiza a economia, a fiscalização dos bancos e a responsabilização de seus diretores. O problema que pode emergir de toda essa história decorre da autoridade do Banco Central.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Outras instituições atuavam como o Master?

Vista grossa do Banco Central

É descobrir que o Banco Central, como autoridade monetária, pode ter feito vista grossa para os riscos imensos das operações do Banco Master. E a partir do Banco Central, também todo o sistema dos bancos, seus mecanismos de defesa, como o fundo garantidor. Ou seja, todo mundo sabia que as operações eram extremamente arriscadas. Que elas davam grande lucro caso dessem certo. E que o fundo garantidor seguraria prejuízos eventuais até o seu limite. A partir disso, se teria autorizado uma grande farra especulativa.

Peças do dominó

As peças do dominó vão caindo envolvendo poder Executivo, o mundo político e chegando até o Judiciário, com acusações de promiscuidade nas relações que ainda repercutem. O caso do voo compartilhado entre Toffoli e um advogado do Master para uma partida de futebol. O contrato milionário do escritório da esposa de Alexandre de Moraes, Viviane Barci.

POR
RUDOLFO LAGO

Bate no DF

Bate, então, no Distrito Federal, com a história da tentativa de compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB), situação que afastou da gestão do banco Paulo Henrique Costa. Mas quais os interesses políticos por trás dessa tentativa de compra? Interesses do governador, Ibaneis Rocha (MDB)? De outros políticos?

Outros casos

Segundo André, o temor no mundo financeiro seria descobrir que o modus operandi do Master poderia não ser somente uma atitude isolada do “tamborete” de Vercaro que, com sua ousadia, foi crescendo. Outras fintechs poderiam estar operando de forma semelhante, com o mesmo risco.

Cacciola

André Cesar recorda-se da situação semelhante ocorrida com o Banco Marka, do banqueiro italo-brasileiro Salvatore Cacciola. Os crimes cometidos por Cacciola contra o sistema financeiro foram motivo de investigação da CPI do Sistema Financeiro, que apurou a ajuda dada pelo governo ao banco.

CPI

À época, o escândalo motivou a criação da CPI dos Bancos, ou do Sistema Financeiro. Ao final, o volume de situações envolvendo grande parte dos principais bancos do país e autoridades produziu um freio que seguiu responsabilizações. Agora, fala-se de novo na possibilidade de uma CPI para apurar a crise do Banco Master.

“Que se quebre”

No sábado (27), as deputadas Fernanda Melchiona (Psol-RJ) e Heloísa Helena (Psol-RJ) protocolaram a criação de uma nova “CPI dos Bancos” para investigar o caso Master. “As denúncias criam uma rede monstruosa de promiscuidades diversas”, comenta Heloísa Helena. “Quem for podre, que se quebre”.

Banco Central

Na segunda-feira, a Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) divulgou uma nota em defesa da “independência técnica e operacional do Banco Central”. Uma situação de total desconfiança na forma como se gere o sistema é uma situação de total desconfiança no país. É o “risco sistêmico”.



Toffoli ignorou pedidos e manteve a acareação

Toffoli recua da acareação do Master, adiando crise

Depoimentos separados serão agora conduzidos pela PF

Rudolfo Lago

Na última hora, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli recuou da sua decisão de fazer nesta terça-feira (30), antevéspera do réveillon, uma acareação entre o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, o ex-presidente do Banco de Brasília Paulo Henrique Costa e o diretor do Banco Central (BC) Ailton de Aquino. A necessidade da acareação vinha sendo questionada pela Procuradoria-Geral da República e pela assessoria jurídica do Banco Central.

Na noite de segunda (29), diante das pressões, Toffoli resolveu não fazer a acareação. Agora, os três serão ouvidos separadamente em depoimentos à Polícia Federal (PF). E será a Polícia Federal quem, com base no que for dito, determinará depois se considera haver ou não necessidade de acareação.

Prematura

Para o procurador-geral da República, Paulo Gonet, a decisão de Toffoli de determinar a acareação seria “prematura”. Isso porque ela ocorreria antes mesmo dos depoimentos formais dos investigados. Ou seja, seroia promovida uma acareação antes mesmo de se ter as versões oficiais dos envolvidos. A eventual ocorrência de versões desconstruídas seria com base em noticiários e outras fontes de informação.

Com argumentos semelhantes, a assessoria jurídica do Banco Central também tentara evitar a acareação, afirmando que ela poderia produzir “armadilhas processuais” e “constrangimento de entidades públicas”. Em resposta, Toffoli disse que nem o Banco Central nem o seu diretor estão sendo investigados. Mas que a acareação seria necessária, uma vez que o alvo da investigação é a “atuação da autoridade reguladora nacional” (no caso, o Banco Central) e que, nesse sentido, sua participação “nos depoimentos e acareações é de especial relevância para o esclarecimento dos fatos”. Agora, o ministro acabou cedendo e cancelando o procedimento.

Nos bastidores, teme-se que a intenção de Toffoli seja anular a liquidação extrajudicial do Master. Essa possibilidade é que tem deixado o setor financeiro e econômico extremamente preocupado.

A anulação por Toffoli da liquidação poderia colocar em xeque o Banco Central como autoridade monetária, sua independência e a força das suas instituições, produzindo, como alerta o cientista político André Cesar, um “risco sistêmico”.

Na linha dessas preocupações, a Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) divulgou nota na segunda-feira (29) “em defesa da independência técnica e operacional do BC”.